

Ata n.º 6/2021

Reunião de Câmara realizada no dia 15 de março de 2021

Aos quinze dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e um, nesta Vila da Lousã, e por videoconferência, conforme previsto no nº 2, do nº 3 da Lei nº 1 – A/2020 de 19 de março, em conjugação com o disposto na Lei nº 1 – A/2021 de 13 de janeiro, reuniu ordinariamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Luís Miguel Correia Antunes, e dos Senhores Vereadores, Rui Daniel Colaço Lopes, Henriqueta Cristina Ferreira da Silva Beato de Oliveira, Victor Eugénio das Neves Carvalho, Ricardo Emanuel Soares Fernandes, Ana Maria Conceição Ferreira e Orlando António Lopes Ferreira. -----

Às dez horas, o Senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos.-----

1 – Período antes da Ordem do Dia -----

O Senhor Vereador Victor Carvalho tomou a palavra começando por solicitar ao Senhor Presidente da Câmara o ponto de situação das obras de Regeneração Urbana, adiante designada por RU, bem como a justificação para os sucessivos atrasos e as perspetivas de conclusão, porque segundo lhe parece, estas obras deveriam ter ficado concluídas no decorrer do ano de dois mil e vinte. Ainda no plano da RU, pediu esclarecimentos sobre os trabalhos que se encontram a ser executados, no cineteatro da Lousã e disse que queria perceber a situação e a justificação dos trabalhos que se encontram a ser executados, bem como, se foi apurada responsabilidade pela falha na execução da intervenção, perguntando, ainda, se não devia ser questionado junto dos técnicos que fizeram essa avaliação, dado que foram feitos estudos anteriormente, e é usual atribuir-se culpas aos técnicos. Perguntou se, neste caso, a responsabilização não se poderá verificar evitando, dessa forma, custos acrescidos ao Município e aos Lousanenses. Solicitou o ponto de situação, no concelho, relativamente à pandemia da Covid-19 e o desenvolvimento do processo de vacinação, porque a avaliar pelo tempo que o

Senhor Presidente despende no centro de vacinação, certamente, estará bem informado. Em seguida, recordou o processo de concessão do Parque de Campismo de Serpins, assunto este que já trouxe a uma reunião do Executivo e que, embora não diga respeito à gestão e responsabilidade da Câmara Municipal, é uma situação que suscita algumas dúvidas e que deveria ser apurada, também, por este Executivo. Fez o enquadramento dando nota que na reunião, realizada no dia vinte e um de dezembro, perguntou ao Executivo se havia alguma informação que lhe pudesse ser prestada sobre este processo. Reiterou que sabe que este assunto é da competência e administração da Junta de Freguesia de Serpins, mas o processo estava com “*contornos pouco claros*”. Entretanto, chegou-lhe mais informação, pelo que perguntou se o Executivo não tem conhecimento do assunto e se não recebeu algum tipo de reclamação por parte dos concorrentes. Deu nota que primeiro houve apenas um concorrente, uma vez que o segundo concorrente entregou a proposta fora de prazo, e por essa razão não devia sequer de ser admitida. Mais tarde, o concorrente que terá ganho o concurso recebeu uma comunicação que informava que tinha apresentado a proposta mais vantajosa, no entanto, o segundo concorrente, teria enviado, conjuntamente, com a proposta um orçamento de obras de requalificação do espaço e isso estaria a pesar na decisão da Junta de Freguesia. No seu entendimento, não faz sentido, porque desde logo, foi uma proposta entregue fora do prazo e por isso, reiterou, não devia ter sido admitida. Segundo apurou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia exerceu alguma pressão sobre quem ganhou o concurso, dizendo que só lhe adjudicava a concessão do Parque de Campismo, se houvesse compromisso do orçamento que tinha sido apresentado pelo outro concorrente, facto que não lhe parece correto. Tem conhecimento que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia decidiu anular o concurso, com base de que, no caderno de encargos a situação de proposta mais vantajosa não ser bem clara. Através de um novo concurso foi atribuído ao atual e único concorrente concessionário. Afirmou que tem provas factuais de tudo o que está a expor, e que pode facultar, se assim o desejarem, pelo que questionou o Executivo se entende ser uma situação justa. “*Será esta a imagem que nós pretendemos passar do nosso Concelho e das nossas freguesias? Eu, analisando os factos pergunto-me, a mim mesmo, mas o que é que se está a passar com as*

nossas freguesias". Dado tratar-se de uma freguesia do Concelho, no seu entendimento, deveriam ser tomadas medidas pelo que, solicitou ao Executivo que intercedesse junto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Serpins, fazendo ver que não foi correto o que aconteceu. Seguidamente, e em matéria de bombeiros, colocou duas situações: na primeira, solicitou a clarificação com precisão do processo de fardamento dos bombeiros, porque ao que parece terão sido adquiridas algumas fardas novas de combate a incêndios industriais e urbanos. Essas fardas novas foram atribuídas apenas aos elementos do Comando, ou seja, os operacionais efetivos, não têm fardamento novo, antes porém, têm fardamentos com cerca de vinte anos e fora do prazo de validade. Dado que, na reunião anterior, quando colocou este assunto, ninguém do Executivo sabia desta aquisição, gostaria de saber quem é que as comprou, entendendo que sendo os Bombeiros Municipais terá sido, certamente, a Câmara Municipal, mas para além disso, queria ainda perceber o que aconteceu com os fardamentos velhos porque, segundo tem conhecimento, foram vendidos, não se sabendo exatamente onde está o dinheiro da venda, ou se foi à retoma, ou, eventualmente, doados, mas em qualquer uma das situações, entende que a Câmara Municipal deverá saber informar. Afirmou saber que é prática, em Portugal, da aquisição de equipamento usado para as Corporações de Bombeiros, no entanto, desejava que este exemplo, no Concelho da Lousã, não se verificasse, porque "*se não servem para os outros, muito provavelmente também não vão servir para os nossos*". A segunda questão prende-se com o ponto de situação do processo de mobilidade dos bombeiros, a fim de ficar devidamente esclarecido dado que na última reunião não ficou completamente elucidado sobre o desenvolvimento do assunto. Disse que este processo decorre há cerca de três anos, quando dezoito meses seriam suficientes para a concretização da mobilidade, por outro lado, disse ter verificado no Mapa de Pessoal do ano de dois mil e vinte e um, que já vem a referência aos lugares para quinze operacionais, pelo que perguntou se será necessário aguardar até ao mês de junho para que o processo fique consolidado, em função dos seis meses de transição -----

A Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira interveio para referir que hoje se retomou o ensino presencial do pré-escolar, creches e do primeiro ciclo com tudo

acautelado e em tranquilidade, no que diz respeito ao acompanhamento e intervenção da Câmara Municipal, desejando que assim seja e que possa ser um regresso em saúde uma vez que tem sido tão esperado e desejado. Disse que continuam a apelar a todos para o cumprimento das normas que estão definidas para este regresso. Informou ainda de que, daqui a uma semana, a Câmara Municipal, fará a avaliação desta retoma. -----

O Senhor Vereador Ricardo Fernandes começou por agradecer ao **Senhor Vereador Victor Carvalho** as questões que foram endereçadas ao Executivo e o interesse manifestado pelos Bombeiros Municipais, não deixando de sublinhar que este interesse tem sido manifestado de quatro em quatro anos, pelo que chegou o momento de o fazer. Em relação às questões que dizem respeito à aquisição do fardamento, por parte da Câmara Municipal, esclareceu que teve oportunidade de abordar o Senhor Comandante do Corpo de Bombeiros Municipais. Recordou, entretanto, que na reunião anterior o que lhe foi dito era que desconhecia o critério de atribuição e não a proveniência dos fardamentos urbanos. Em relação à questão do critério de atribuição informou que este Executivo e em particular o Vereador do Pelouro da Proteção Civil têm total confiança no Comando dos Bombeiros Municipais, por isso que estes critérios e outros são questões, iminentemente, operacionais e definidas pelo Comando, atendendo às necessidades. Referiu, ainda, que cada bombeiro tem dois fardamentos relacionados com a componente urbana e estão perfeitamente operacionais, situação esta que lhe foi transmitida e tem sido devidamente acompanhada por este Executivo dado ser uma das grandes preocupações os equipamentos de proteção individual de toda a Corporação. Afirmou que este Executivo tem vindo a desenvolver esforços para a proteção individual dos bombeiros do concelho, não só dos Bombeiros Municipais e, ao longo do tempo, tem sido feito um investimento importante nesta área. Em relação à segunda questão, informou que existe, neste momento, um processo a decorrer que tem subjacente um concurso para a contratação interna de bombeiros sapadores. Referiu que quem iniciou este procedimento e tem todo o interesse que ele se conclua, tem isto esta tutela e existem outras corporações do país que estão em situações similares aos Bombeiros Municipais. A Corporação dos Bombeiros Municipais da Lousã foi das

primeiras, senão a primeira, a iniciar um processo destes. O concurso tem um júri e estão a decorrer os procedimentos normais que serão concluídos no mais curto espaço de tempo. -----

O **Senhor Presidente** tomou a palavra começando por prestar esclarecimentos sobre o ponto de situação da RU. No que diz respeito à obra Rua do Comércio, Rua General Humberto Delgado, Rua Combatentes da Grande Guerra e Rua da Graça, segundo informações dos serviços técnicos e da empresa, o troço da via ao fundo da Igreja Matriz, será concluído esta semana. Faltam algumas retificações de pavimentos pedonais e colocação da última camada de betuminoso dos pavimentos rodoviários, a sinalização horizontal, bem como os arranjos paisagísticos. Informou que a partir de amanhã, está prevista uma alteração de trânsito, em função das obras em curso no cruzamento da Rua do Comércio e Praça Cândido dos Reis. Sobre as outras obras de RU, e segundo informação fornecida pelos serviços técnicos, na Rua Professor Batista de Almeida, será aplicado, brevemente, o betuminoso no pavimento rodoviário e serão feitas, também, retificações de pavimento betuminoso na Av.^a S. Silvestre e na Rua Dr. Henrique Figueiredo, faltando apenas algumas questões de tratamento paisagístico nos espaços e retificações nos pavimentos pedonais, devidamente identificados e reportados à empresa que está a executar os trabalhos. Relativamente à análise das soluções adotadas, informou que tiveram lugar reuniões entre a Câmara Municipal e os projetistas, a avaliação de uma entidade independente, relativamente aos materiais utilizados, e visitas ao local para melhor análise das diferentes situações aguardando, neste momento, que os serviços técnicos se pronunciem apresentando a informação das diligências que foram efetuadas. Relativamente ao cineteatro, informou que as obras estão a decorrer, não com a expressão que todos gostariam, mas com trabalhos técnicos específicos de betonagem e criação de condições de base adequadas para o desenvolvimento dos restantes trabalhos. Segundo informação escrita do técnico que acompanha a intervenção, é isto que está a ser executado e são trabalhos mais lentos e menos visíveis, mas com uma análise mais próxima e detalhada são verificais no local. Relativamente ao ponto de situação da pandemia, no concelho e no país, informou que os números têm vindo a diminuir e têm sido publicados. O número de infetados, no momento, é bastante reduzido o

que significa uma evolução positiva conforme é desejo de todos. Sobre o processo de vacinação, informou que tem estado a decorrer bem e com bastante fluidez e tranquilidade, com a coordenação dos Serviços de Saúde do Concelho, e o apoio e acompanhamento dos serviços da Câmara Municipal, quer através da cedência e adaptação do espaço, quer na logística que foi necessária criar para o efeito. A articulação entre a Câmara Municipal as Unidades de Saúde Locais e os coordenadores do processo de vacinação, tem estado a decorrer bem e *“assim existam mais vacinas existe capacidade de recursos humanos, logística, suporte administrativo para podermos intensificar o processo de vacinação”*. De nota que na passada sexta-feira fez um mês que o processo de vacinação teve início na Lousã e que poderá disponibilizar os números deste primeiro mês, por segmento etário, relativamente à população em geral e a outras, como forças de segurança, bombeiros e estruturas residenciais para idosos. Disse que uma boa percentagem de idosos com idade superior a oitenta anos já foi vacinada com as duas doses, um universo de pessoas entre os cinquenta e sessenta e cinco anos foram vacinados e prevê-se que dos sessenta e cinco aos oitenta anos, a partir de agora o processo possa ser intensificado, segundo as novas orientações que foram dadas pela coordenação do processo de vacinação e ao uso da vacina AstraZeneca neste segmento etário. Deu conhecimento que a Câmara Municipal recebeu uma comunicação do Coordenador Nacional de Vacinação, a solicitar o reforço da articulação e apoio às Unidades de Saúde Locais, com referência ao início do mês de abril, data previsível de chegada de mais vacinas. Realçou a bom articulação que tem existido e a disponibilidade da Câmara Municipal para que o processo de vacinação seja feito com a máxima rapidez possível e com a necessária tranquilidade e normalidade, por isso vão continuar empenhados a participar neste processo que é do interesse de todos. Ainda relativamente à pandemia, e uma vez que as aulas presenciais só foram iniciadas para o 1º ciclo e jardins-de-infância, informou que a Câmara Municipal mantém ativos todos os apoios que implementou, nomeadamente, a alimentação entre outros que suportam o processo de aprendizagem de ensino à distância, à comunidade escolar. Sobre a concessão do Parque de Campismo de Serpins disse ao **Senhor Vereador Victor Carvalho** de que não dispõe de nenhuma informação, nem teve nenhum contacto com nenhum

concorrente, por outro lado, a Junta de Freguesia é um órgão próprio com autonomia administrativa e financeira. Tem legitimidade e capacidade próprias para desenvolver os seus procedimentos e a informação mais recente de que dispunha foi a notícia publicada no jornal A Voz de Serpins. Sugeriu que colocasse as questões e dúvidas aqui apresentadas, diretamente, á Junta de Freguesia que poderá prestar esclarecimentos. Declarou que apesar da articulação de trabalhos que existe, a Câmara Municipal não tem qualquer controlo ou escrutínio sobre as Juntas de Freguesia do Concelho relativamente ao seu funcionamento e competências. -----

O **Senhor Vereador Victor Carvalho** interpelou para afirmar que não ficou devidamente esclarecido em relação a duas questões e dirigindo-se ao **Senhor Vereador Ricardo Fernandes** disse que não fala em bombeiros só porque estão em vésperas de eleições. Declarou que ao longo deste mandato, por diversas vezes questionou o Executivo sobre o processo de mobilidade dos bombeiros, entre outras questões. *“Se calhar o Senhor Vereador estava distraído nesses tempos. Entendo que seja mais fácil justificar esta minha insistência com a proximidade das eleições autárquicas, ainda para mais, quando já anunciei que serei candidato pelo PSD. Entendo que isso sirva de conforto para V. Ex.^a poder estar nesse contexto. Agora, o que eu fico ainda preocupado em relação aos bombeiros e não estou aqui a atribuir culpas à tutela Câmara Municipal, antes pelo contrário, nós temos é de perceber o que se passa no Quartel dos Bombeiros e o que me espanta é que o Senhor Comandante dos Bombeiros não perceba o critério que foi utilizado na distribuição das fardas e nem saiba de onde é que elas vieram. Isso aí, faz-me alguma confusão, mas atenção, também posso ser eu que não estou a ver bem o funcionamento do Quartel dos Bombeiros e, relativamente às fardas que neste momento estão dadas á Corporação para incêndios urbanos e industriais, são fardas com mais de vinte anos e, penso eu, pelo que me chegou, que a validade já foi ultrapassada em 2000, 2001. Portanto, era isto que eu queria que a tutela sim apurasse e perceba se é ou não verdade”*. Relativamente ao Parque de Campismo, agradeceu o esclarecimento prestado pelo **Senhor Presidente**, mas informou que tem em seu poder uma troca de emails entre a Câmara Municipal e o concorrente que foi eliminado, datada do mês de novembro e, caso o **Senhor Presidente** assim o

entenda, poderá fazer-lhe chegar. Sublinhou que o concorrente denunciou à Câmara Municipal o que se estava a passar, ainda antes do lançamento do segundo concurso. Citando: “*Não foi diretamente a si, mas foi direcionado a alguém da sua equipa, pelo que se não teve... deveria ter sido dado conhecimento a V. Ex.^a”*. ---

O Senhor Vereador Ricardo Fernandes pediu a palavra começando por dizer que tem exatamente a ideia que transmitiu, no que diz respeito às intervenções que o **Senhor Vereador Victor Carvalho** faz com o aproximar das eleições e não foi a sua argumentação que o fez mudar de opinião. Em relação à questão dos equipamentos urbanos e industriais dos bombeiros, informou que são compostos por nomex, e não existe prazo de validade, antes porém, número de lavagens, por isso não faz sentido a afirmação. Informou, ainda, que cada Bombeiro Municipal tem um E.P.I urbano, dois E.P.I. florestais e dois fardamentos de ambulância à sua disposição para as variadas operações que desempenham. -----

O Senhor Vereador Rui Lopes pediu a palavra para prestar esclarecimentos em relação ao Parque de Campismo de Serpins. Declarou que a Câmara Municipal cumpriu com o que devia uma vez que está sempre disposta a analisar propostas e acolher eventuais investidores para o concelho. Nesse sentido, os concorrentes e potenciais investidores abordaram a Câmara Municipal no mês de agosto, comunicando da intenção de investir na Lousã e perguntaram quais os apoios que poderiam vir a receber porque pretendiam investir no Parque de Campismo de Serpins. Posto isto, não houve mais comunicação entre as partes. No mês de novembro, comunicaram que concorreram e que estavam com problemas porque entendiam o concurso que não estava a correr bem, ao que a Câmara Municipal respondeu de imediato, informando não ser da sua competência essa situação. Acrescentou que, ainda assim, pessoalmente, deu nota ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia do que se estava a passar, pese embora não fosse da competência da autarquia, nada mais para além disto. -----

2 - Ordem do Dia -----

2.1 - Leitura e aprovação da Ata da Reunião de Câmara realizada no dia 1 de março de 2021.-----

Posta à votação de todos os membros do Executivo Municipal, nos termos do nº 2 do artigo 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº

75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar a ata da Reunião de Câmara realizada no dia um de março do ano de dois mil e vinte e um. -----

2.2 – Informação do Senhor Presidente da Câmara: -----

2.2.1 – O Senhor Presidente a dar conhecimento à Câmara Municipal do despacho datado do dia 9 de março de 2021, referente à aprovação da 3ª Alteração ao Orçamento e da 3ª Alteração às Grandes Opções do Plano de 2021. -----

O Senhor Presidente deu conhecimento à Câmara Municipal dos seus despachos datados de nove de março do ano de dois mil e vinte e um, referentes à 3ª Alteração ao Orçamento e da 3ª Alteração às Grandes Opções do Plano do ano de dois mil e vinte e um. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 1 (um)).-----

2.3 – Proposta do Senhor Presidente da Câmara: -----

2.3.1- O Senhor Presidente propõe à Câmara Municipal a aprovação da alteração da Organização dos Serviços Municipais. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar a alteração da Organização dos Serviços Municipais. Mais deliberou submeter a proposta à apreciação e votação da Assembleia Municipal. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 2 (dois)). -----

2.4 – Proposta do Senhor Presidente da Câmara e do Senhor Vice-Presidente: ---

2.4.1 - O Senhor Presidente e o Senhor Vice-Presidente propõem à Câmara Municipal a aprovação do apoio financeiro à ADECA - Associação de Desenvolvimento Integrado do Concelho de Alvaiázere, no montante de 1.500,00 € , destinado à cedência de uma tenda para a organização da prova da Taça do Mundo de Downhill, na Lousã. -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a atribuição de um apoio financeiro no valor de EUR: 1.500.00 (mil e quinhentos euros) à ADECA - Associação de Desenvolvimento Integrado do Concelho de Alvaiázere e destinado à cedência de uma tenda para a organização da prova da Taça do Mundo de Downhill, na Lousã. A despesa tem cabimentação

orçamental na rubrica 0102/040701 e no projeto das Grandes Opções do Plano com a designação 03 342 2021/49-1. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 3 (três)).-----

2.5 – Proposta do Senhor Presidente da Câmara, da Senhora Vereadora Henriqueta Oliveira e do Senhor Vereador Orlando Ferreira:-----

2.5.1 – O Senhor Presidente e os Senhores Vereadores propõem à Câmara Municipal a aprovação da atribuição de um apoio financeiro à ACTIVAR – Associação de Cooperação da Lousã, no montante de 15.000,00 € , destinado a apoiar a execução do Projeto “Programa Escolhas – Projeto Espaço J E8G.” -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de um apoio financeiro à ACTIVAR – Associação de Cooperação da Lousã, no valor de EUR: 15.000.00 (quinze mil euros) relativo ao ano de dois mil e vinte e um e destinado a apoiar a execução do Projeto “Programa Escolhas – Projeto Espaço J E8G” com duração prevista até trinte e um de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois. A despesa tem cabimentação orçamental na rubrica 0102/040701 e no projeto das Grandes Opções do Plano com a designação 02 212 2021/412-3. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 4 (quatro)).-----

2.6 – Correspondência:-----

2.6.1 – Agrupamento de Escolas da Lousã, a agradecer à Câmara Municipal da Lousã o apoio anual concedido que permitirá continuar a garantir uma Educação de qualidade às crianças e jovens da Lousã.-----

O Senhor Presidente a dar conhecimento de uma comunicação do Agrupamento de Escolas da Lousã a agradecer à Câmara Municipal da Lousã o apoio anual concedido que permitirá continuar a garantir uma Educação de qualidade às crianças e jovens da Lousã. O Executivo tomou conhecimento. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 5 (cinco)).-----

2.7 – Bombeiros Municipais da Lousã:-----

2.7.1 – A remeterem o mapa do DECIR – Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, referente ao mês de fevereiro de 2021 – Para ratificação.-----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade ratificar os despachos pelo Senhor Comandante dos Bombeiros Municipais da Lousã, datado de dois de março do ano de dois mil e vinte e um, do Senhor Vereador do Pelouro e do Senhor Presidente da Câmara, datado de cinco de março do ano de dois mil e vinte e um, relativo ao mapa do DECIR - Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais, referente ao mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, no valor de EUR: 5. 261. 51 (cinco mil duzentos e sessenta e um euros e cinquenta e um cêntimos). A despesa tem cabimentação orçamental na rubrica 06/0202250303. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 6 (seis)).-----

2.8 - Divisão de Obras Municipais e Ambiente:-----

2.8.1 - Abertura de procedimento de empreitada de "Requalificação do Jardim de Infância do Freixo." -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta aprovar a abertura do procedimento de concurso público, nos termos da alínea c), do nº 1 do art.º 16º do Decreto-lei nº 18/2008, de 29 de janeiro, com a nova redação dada pelo Decreto-lei nº 111-B/2017, de 31 de agosto de dois mil e dezassete, para a realização da empreitada de "Qualificação do Jardim de Infância do Freixo", bem como de projeto, programa de concurso, caderno de encargos, constituição do júri e restantes elementos que constituem o referido processo. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas - (doc. nº 7 (sete)). -----

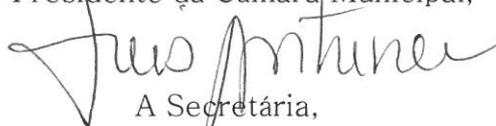
2.8.2 - Adjudicação dos trabalhos da empreitada "Rede Ciclável Urbana da Lousã - Consolidação de Interfaces." -----

A Câmara Municipal, por votação nominal, deliberou por unanimidade e em minuta adjudicar a empreitada "Rede Ciclável Urbana da Lousã - Consolidação de Interfaces" ao concorrente A. M. Cacho & Brás, Ld.ª., pelo valor global de EUR: 265.406.46 (duzentos e sessenta e cinco mil quatrocentos e seis euros e quarenta e seis cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, aprovar a minuta do contrato, dar poderes ao Senhor Presidente da Câmara, para outorgar o contrato e designar como Gestor de contrato o Senhor Eng.º Paulo Rui Carvalhinho Oliveira,

Chefe de Divisão de Obras Municipais e Ambiente. Documento que por ser extenso se dá por integralmente reproduzido, ficando arquivado em pasta anexa a este livro de atas – (doc. nº 8 (oito)). -----

Nada mais havendo a tratar, às dez horas e quarenta e cinco minutos o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Luis Miguel Correia Antunes, e por Maria de Fátima Lima Martins, na qualidade de Secretária. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



A Secretária,

